

Cidadão-amigo corremos o perigo...

PAULO RABELLO DE CASTRO

Cidadão-amigo: corremos o perigo de ficar sem assunto, diante do tamanho da crise. Não há inspiração que resista ao constante martelar das ondas de incertezas que tomam conta do nosso desgraçado País. Somos todos companheiros de infortúnio, nessa verdadeira nau da insensatez em que se transformou a arena pública. Nela, os leões devoram os cristãos diante da indiferença dos patrícios. E o leão do Fisco, é o leão do juro, o leão da inflação. Não há pena, nem piedade. Num só dia útil, a Receita Federal avança sobre 500 mil contribuintes inadimplentes, enquanto o Banco Central anuncia uma severidade de feitor contra a insubordinação do consumo.

Nós, cidadão-amigo, somos apenas as vítimas transferidas à condição de responsáveis pelo disparate do País empobrecido. Na versão oficial, são os empresários que aumentam os preços reagindo ao sufoca-

mento tributário: por isso são culpados. E também, você, prezado cidadão, que está entregue ao vício da reposição salarial, porque lhe pertuba a idéia de ter o seu ganha-pão reduzido em relação à inflação. Cultura inflacionária!

Não há ordem mental, nem arcabouço jurídico, nem estrutura econômica capaz de resistir, incólume, ao festival de mediocridade que tomou conta do Brasil nos últimos anos. Somos todos, cidadão-amigo, o delírio da platéia que nos assiste de fora, entre pasma e boquiaberta, com nossa cívica resistência diante da falência institucional. O que mais espanta, porém, aos assistentes estrangeiros, é nossa invencível paciência em aceitar a canga de falsas responsabilidades. Somos nós os acusados pela redução da chamada carga tributária (a quantidade de impostos, taxas e contribuições que o Governo arrecada) reclamando que ainda é pouco, muito pouco. No Mundo inteiro, as populações exigiram, pelo seus representantes no Congresso, que os governos parassem de tributar tanto e começassem a se preocupar em gastar melhor. Conseguiram. Nós não. Temos preferido o curso sinuoso da evasão fiscal, da esperteza pequena, diante do Governo grande e

guloso. Não exercemos, nem um pouco, o espaço de cidadania a que teríamos legítimo direito.

O que aconteceu com o Brasileiro? Por que desvão resvalou nossa dignidade, cidadão-amigo? Não sei dizer. Mas sei que já fomos melhores quando tínhamos razão para acreditar no futuro.

Gostaria de não desesperar, mas não sei se estaria sendo correto. Soluções existem. Mas o Governo, aquele em que tínhamos alguma esperança, reluta indeciso, sem saber por que caminho seguir. Novos sócios do poder se apresentam para compartilhar suas ansiedades. Mas a bagagem de opções novas é muito reduzida. Não conhecemos bem suas intenções além daquela de chegar para ficar.

Os empresários estão perfeitamente conformados. Ou, se não estão, reclamam muito baixinho. Já fizeram suas contas; perdem no volume, mas ganham no preço. Na sua miopia, não enxergam que a grande perda está na depauperação do valor do patrimônio acumulado com sacrifício. Os países que descobriram uma saída mostraram uma grande recuperação dos valores patrimoniais. Mas o empresário brasileiro perdeu-se na tempestade.

Durante muito tempo, parecia claro que poderíamos superar qualquer obstáculo. Hoje, desconfiamos do amanhã e o Governo desconfia dos seus cidadão. Não há mais a ética da cooperação, porque falta a agenda das reformas da sociedade. Falamos em tese; não agimos na prática. Sugerimos emendas; suprimimos emendas. Queremos negociar; não sabemos os quantitativos. Ambicionamos governar; esquecemos o povo. A nação naufraga na escassez do bom exemplo.

O Fisco quer tirar mais, de quem já paga, mas adia a necessária reforma da taxação excessiva. A Previdência sugere sua própria reformulação, mas se olvida de contabilizar os direitos dos aposentados e dos novos contribuintes. Por todos os lados, ouve-se falar em tomar, mas a contabilidade de resgatar a dívida social é assunto para depois.

Só um pacto de adesão, em torno de metas simples, sinceras e contributivas dariam ao País o espaço para sair desse sufoco. As soluções existem... Mas ainda falta transparência e atitude contributiva dos que podem influir nas decisões mais importantes. Não obstante, o cidadão comum continua morando com o perigo.